

# ESPAÇO E TEMPO – UM TRIBUTO A MAURICIO ABREU

**ROBERTO LOBATO CORRÊA**  
Universidade Federal do Rio de Janeiro  
lobatocorrea@uol.com.br

## RESUMO

O presente texto constitui um tributo a Mauricio Abreu que se dedicou ao estudo das relações entre espaço e tempo, que inclui reflexões teóricas e estudos empíricos, particularmente sobre a geografia histórica da cidade do Rio de Janeiro. Difusão espacial e periodização do espaço são típicos temas envolvendo espaço e tempo, isto é, o espraiamento ao longo do tempo de objetos, pessoas e ideias, de um lado, e as seções temporais do espaço, de outro.

**Palavras-chave:** Geografia histórica. Espaço. Tempo. Difusão espacial. Periodização do espaço.

## TIME AND SPACE – A TRIBUTE TO MAURICIO ABREU

## ABSTRACT

This text composes a tribute to Mauricio Abreu, a man who dedicated himself to the study of the relations between time and space, including theoretical reflections and empirical studies, particularly on the historical geography of the city of Rio de Janeiro. Spatial diffusion and space periodization are common themes involving time and space; namely the expansion of objects, people, and ideas over time on the one side, and temporal sections of space on the other.

**Keywords:** Historical geography. Space. Time. Spatial diffusion. Space periodization.

Como a Geografia estabelece o seu olhar sobre as relações entre espaço e tempo? Trata-se de temática importante porque a vida humana está inscrita

em complexas espacialidades e temporalidades. Se as relações entre espaço e tempo suscitaram inúmeras reflexões por parte de filósofos e cientistas, entre os geógrafos, no entanto, o tempo foi visto secundariamente ou mesmo negligenciado. As narrativas cronológicas constituíram a versão mais corrente de incorporação do tempo pelos geógrafos. Houve geógrafos, porém, que se preocuparam com a temática das relações entre tempo e espaço. Mencionemos apenas Sauer (1941), Lowenthal (1975) e Harvey (1990).

Maurício de Almeida Abreu situa-se, entre os geógrafos brasileiros, como o que mais insistiu sobre a importância do passado para a Geografia. Ao mesmo tempo, recusava-se a fazer uma narrativa cronológica sobre as relações homem-natureza em um dado recorte espacial. Sua questão central foi: “como o geógrafo analisa o passado?” A isto se dedicou por mais de trinta anos, pesquisando a fundo em fontes primárias, escrevendo e orientando inúmeros estudantes de graduação, mestrado e doutorado. Sua obra é vasta e rica e, nela, a cidade do Rio de Janeiro mereceu atenção muito especial (ABREU, 1987, 1992, 2005 e 2010). O livro *Geografia Histórica do Rio de Janeiro*, que abrange os séculos XVI e XVII e não foi concluído em sua intenção de prosseguir até o século XIX, é um marco da Geografia Histórica da metrópole carioca, ultrapassando, pelo rigor dos dados e da análise, os limites de um estudo sobre o passado.

O texto que se apresenta é uma homenagem a esse geógrafo, colega por mais de trinta anos. Nele retomam-se alguns pontos e temas relativos às relações entre espaço e tempo, alguns deles caros a Maurício Abreu. Trata-se, de um lado, de algumas breves considerações sobre o tempo e, de outro, da apresentação, também sucinta, de dois temas envolvendo as relações entre espaço e tempo, a difusão espacial e a periodização do espaço. Ambos, mas sobretudo o primeiro, estão inscritos na história do pensamento geográfico.

## **BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE O TEMPO**

As breves considerações que se seguem estão baseadas em Hornbeck, Earle e Rodrigue (1995) e foram objeto da apresentação oral de Maurício Abreu, em 1997, durante o 5º Simpósio Nacional de Geografia Urbana, realizado em Salvador. De acordo com Hornbeck, Earle e Rodrigue (1995), o tempo desempenha papel muito importante na vida humana, porque, de um lado, organiza e sustenta os sistemas físicos e biológicos, constituindo parte da estrutura cognitiva que define o comportamento e a visão de nossa existência. De outro, o

tempo contribui para organizar a sociedade via sincronização das interações, permitindo ainda modelar e categorizar o mundo, a exemplo do estabelecimento dos fusos horários, na década de 1880, que normatizou o tempo do cotidiano em escala global. Finalmente, o tempo permite conceber o presente, o passado e o futuro, configurando-se ainda como forma simbólica abrangente.

O tempo, contudo, argumentam Hornbeck, Earle e Rodrigue (1995), constitui uma difícil categoria, porque é identificável por meio de permanências e daquilo que é possível reconstituir a partir de documentação fragmentária e seletiva. Nesta reconstituição possível, o tempo é analisado, tanto numa perspectiva diacrônica, na qual se considera a sequência de eventos, como numa perspectiva sincrônica, considerando-se uma dada seção do tempo, o “passado de então”, como a ele se referia Mauricio Abreu. Na primeira perspectiva situam-se as temáticas da difusão espacial e da periodização do espaço, a serem consideradas mais à frente, e na segunda, a análise de um dado período. A Geografia Histórica posiciona-se, usualmente, no âmbito dessas duas perspectivas.

Com base nos três autores mencionados, apresentam-se, à reflexão daqueles que se dedicam à Geografia Histórica, alguns pontos fundamentais.

Os dados à disposição do pesquisador são seletivos, refletindo o viés daquele que os produziu, e raramente são consistentes. Assim, muitos aspectos do passado não foram registrados e se o foram podem estar tematicamente fragmentados. Lacunas em termos de dados também ocorrem.

O passado não deve ser visto com o olhar do presente, mas com o olhar do passado. Isto implica compreender modelos conceituais e práticas que podem não mais existir no presente, que devem estar, ao menos em parte, exilados de nossas mentes.

O passado não foi necessariamente melhor que o presente, visto nostalgicamente e com o olhar no presente; devemos considerar as mazelas sociais também existentes no passado.

Como há lacunas nos dados a respeito do passado, as inferências são problemáticas. Isto deve ficar claro nas pesquisas de Geografia Histórica.

A narrativa cronológica, cara a muitos geógrafos, incorre no risco da visão teleológica, na qual a explicação está implicitamente contida na sequência de eventos. Por outro lado, minimiza-se a autonomia, ainda que relativa, do presente.

As relações entre espaço e tempo são muito complexas, não sendo possível concebê-las a partir da visão de um jogo de espelhos, o tempo refletindo-se no

espaço e este no tempo. Há formas espaciais refuncionalizadas, isto é, formas criadas no passado para determinadas funções que foram substituídas por outras no presente: cinemas, prisões e fábricas foram refuncionalizados, originando, por exemplo, templos e *shopping centers*. Há ainda ruínas e um infindável número de paisagens poligenéticas, caracterizadas pela coexistência, no mesmo espaço, de formas datadas de tempos diferentes, denotando a existência de camadas de temporalidades residuais e do presente.

O passado deve ser analisado pelo geógrafo com base em teorias geográficas, criadas para compreender o passado ou transportadas do presente para o passado, se considerado possível. Subjacente encontra-se a tese de que a espacialidade humana está em todos os momentos da história humana ou, simplesmente, “a geografia está em toda parte” (COSGROVE, 1998).

### DIFUSÃO ESPACIAL

A difusão espacial constitui um processo no qual pessoas, mercadorias, ideias, capital, doenças e muito mais se espalham no espaço, envolvendo um lapso de tempo.

A temática em tela foi objeto de debate envolvendo, de um lado, aqueles que admitiam que objetos materiais e ideias são criados localmente, e de outro, os que admitiam serem objetos e ideias adquiridos por meio da difusão espacial: de um foco inicial seriam transmitidos, progressivamente, até um certo limite espacial. Debates à parte, na Geografia a tese difusionista teve ampla aceitação, dada a influência de Ratzel e de Boas e Kroeber. Com Sauer ganha força, constituindo-se um dos temas preferenciais dos geógrafos sauerianos (GADE, 2004). As ideias difusionistas são retomadas no âmbito da revolução teórico-quantitativa, na qual aparecem como expoentes Hägerstrand e Brown, elaborando modelos matemáticos e inúmeros estudos empíricos. Objeto de crítica acirrada, devemos reconhecer, no entanto, o mérito das formulações teóricas sauerianas e teórico-quantitativas, por refletirem sobre a importante temática das relações entre tempo e espaço. Sobre o assunto, consulte-se Silva (1995), que discute a teoria da difusão espacial. Neste texto, consideraremos apenas os tipos de difusão espacial.

A literatura sobre o tema reconhece quatro tipos básicos de difusão, no que diz respeito à espacialidade: difusão por relocação, por saltos, por contágio e por via hierárquica (GOULD, 1969). A espacialidade de cada tipo deriva de condi-

ções específicas sob as quais uma dada inovação espraia-se no tempo e no espaço e cada tipo, por sua vez, pode apresentar variações no que se refere ao tempo de espraio: rápido ou lento, contínuo ou descontínuo, com ritmo uniforme ou não. Adicionalmente, cada tipo pode ainda estar associado à ação de diversos agentes sociais e, por seu turno, cada agente pode implementar a difusão de uma mesma inovação segundo os diversos tipos de difusão. As relações entre agentes sociais e a espaço-temporalidade da difusão de uma inovação constituem, em realidade, tema para investigação. Há diferenças na difusão espacial, quando se considera o Estado, uma grande corporação multifuncional e multilocalizada, o movimento popular ou uma específica crença religiosa? Ou então, os tipos de difusão existem em uma forma pura ou eles se mesclam? Em que condições?

A relocação implica a transferência, total ou quase, de um grupo social ou atividade, de uma área para outra. As migrações da Ásia Central para a Europa, efetivadas no passado, são exemplos contundentes desse tipo. Que exemplos podem ser apontados quando se considera o presente? Acredita-se que a mobilidade de certos produtos agrícolas, transferidos de uma região para outra, possa exemplificar este tipo de difusão.

A difusão por saltos envolve uma grande separação entre a área de emissão e a área de recepção de inovação, estabelecendo-se uma descontinuidade espacial na ocorrência daquele item, objeto da difusão. Difere da difusão por relocação pelo fato de que a área emissora não se esvazia daquele item. Mas ambas ocorrem em razão da existência de barreiras naturais, políticas ou religiosas, que impedem o espraio da inovação de modo contínuo no espaço. Pode-se falar, no caso de migrações, de território descontínuo, como se exemplifica com as áreas gaúchas do Oeste baiano, e do próprio território gaúcho, respectivamente receptoras e emissoras. Outro exemplo verificou-se na primeira metade do século XIX, quando parte da sociedade campeira dos Campos Gerais do segundo planalto paranaense migrou para os campos do terceiro planalto paranaense, em torno das atuais cidades de Guarapuava e Palmas. O salto se deu porque entre os Campos Gerais e os de Guarapuava e Palmas, e entre estes, ocorrem áreas de vegetação florestal, consideradas então inadequadas para a atividade pastoril. As áreas separadas entre si em decorrência deste tipo de difusão podem mais tarde ser unidas, desaparecendo a descontinuidade espacial.

A difusão por contágio tem como cerne as relações custo-distância, seja em termos de tempo, seja em termos monetários. Do foco emissor, a inovação se

espraia, diminuindo sua intensidade à medida que dele se distancia. O modelo geral thuneniano, calcado na tese dos retornos decrescentes no espaço, é a base que sustenta teoricamente este tipo de difusão. As epidemias são consideradas um exemplo corrente deste tipo de difusão, cujo limite ou margem se deve a um conjunto de diversos fatores. A mobilidade da população no âmbito de uma frente pioneira se faz, em muitos casos, segundo a difusão por contágio. Expressões como “frentes pioneiras” e cidade “boca de sertão” denotam, em suas transitoriedades, o sentido de espaço e de tempo. O Oeste paulista é excelente exemplo de região onde se verificou um processo de difusão por contágio.

A difusão por via hierárquica, finalmente, ratifica a hierarquia dos lugares centrais. Em regra, o foco emissor é uma metrópole, de onde são difundidos produtos e ideias, primeiramente para as capitais regionais e, depois, inclusive por meio destas, para centros hierarquicamente inferiores. Bens de consumo e serviços são os itens usualmente difundidos por via hierárquica. É de se supor que ideias políticas ou a localização de escritórios de um partido político também o sejam. A difusão por via hierárquica, por outro lado, constitui o modo como se processa a comunicação no âmbito de uma organização em rede.

Concluimos esta parte, apresentando dois pontos importantes relativos à difusão espacial. A complexidade deste processo é o primeiro. Verifica-se, nesse sentido, que alguns tipos de difusão podem ser objeto de ação por parte de uma mesma instituição. Rosendahl e Corrêa (2006), ao analisarem a criação de dioceses católicas no Brasil entre 1551 e 1930, constataram que tanto a difusão por salto, como aquela por contágio e por via hierárquica foram estrategicamente realizadas. O primeiro tipo foi predominante no período colonial, enquanto os outros dois ocorreram nos séculos XIX e XX, sobretudo após a separação entre a Igreja e o Estado, em 1890. Assim, à guisa de exemplo, a partir da primeira diocese criada, a de Salvador, em 1551, criam-se as dioceses de Olinda e Rio de Janeiro apenas em 1676, ambas distantes de Salvador. Somente no século XX são instaladas dioceses no território baiano.

O segundo ponto considera que as relações espaço e tempo não estão congeladas, sendo a superação do espaço pelo tempo uma meta permanentemente almejada, tendo sido obtidas importantes conquistas. Assim, progressivamente, o tempo de espraio de uma inovação diminui, assim como diminui a vida útil de uma inovação. Mas, por outro lado, os centros de criação dessas inovações estão progressivamente concentrados no espaço e pode-se supor a

continuidade do processo de difusão espacial com base em novos tipos de difusão.

## **PERIODIZAÇÃO DO ESPAÇO**

A periodização é entendida, com base em Althusser (1980), como uma construção intelectual na qual o pesquisador define e torna inteligíveis os tempos históricos de uma dada sociedade em seu movimento. A sociedade é constituída pela combinação das instâncias econômica, jurídico-política e ideológica, cada uma delas dotada de relativa autonomia, tendo sua própria temporalidade, seu próprio desenvolvimento. Em cada tempo histórico ou período, há uma combinação desigual das temporalidades das três instâncias da sociedade. A periodização é a sequência de tempos históricos, sequência de combinações desiguais das temporalidades das instâncias sociais.

As três instâncias entrecruzam-se e se completam de diferentes modos. Um deles assume expressão fenomênica, a organização do espaço, que contém e está contida nas três instâncias mencionadas. Por isso a organização do espaço, por constituir uma dimensão da sociedade, pode ser periodizada, construindo-se os seus tempos históricos, os seus períodos. A esse respeito, Santos (1982) argumenta que cada lugar apresenta uma realidade espacial a qual, por sua vez, resulta de uma combinação singular de variáveis que datam de idades diferentes. Cada lugar, ele afirma, tem o seu próprio tempo espacial.

A seguir apresentam-se algumas reflexões sobre a periodização, com base, ainda que não exclusivamente, no estudo sobre a periodização da rede urbana da Amazônia (CORRÊA, 1987). As reflexões estão organizadas em breves tópicos, cujos conteúdos não são mutuamente excludentes, estando parcialmente se superpondo.

### **A periodização como construção intelectual**

Os períodos não constituem entidades concretas, dados, cabendo ao geógrafo (e historiador) reconhecê-los. Se o contrário fosse verdadeiro, os períodos reconhecidos seriam os mesmos para qualquer pesquisador competente. Reafirma-se, com Wishart (2004), que a periodização é o resultado de uma construção intelectual, na qual estão propósitos bem definidos que levam à seleção de temas, isto é, processos e formas, pertinentes aos propósitos. Considerando-se a periodização uma construção intelectual, é possível admitir que

ela se desdobre em várias, cada uma compreensível segundo a lógica que une propósitos e temas. Isto significa que não há, *a priori*, uma periodização melhor que outra ou que uma periodização possa descrever os padrões de variação da dinâmica social.

### **A homogeneidade dos períodos**

A homogeneidade dos períodos, assim como a das regiões, é sempre relativa e nunca absoluta. As diferenças internas, consideradas de pequena magnitude e sem maior relevância, são deixadas de lado em nome de regularidades consideradas relevantes. Assim, são construídas homogeneidades tanto quando se pensa em padrão espacial, nação e região, como quando se pensa em período. Cada período é, em realidade, homogêneo internamente e heterogêneo quando são considerados os períodos que o antecedem e o sucedem.

A homogeneidade é minimizada nos limites de cada período, em razão de os processos e formas em seu desenvolvimento apresentarem diminuta intensidade, seja no começo seja no fim, ou exibirem descontinuidades. Assim, nos limites, a homogeneidade de cada período é ainda mais relativa, sugerindo zonas de transição ou mesmo outros períodos. Ressalte-se, a propósito, que esta zona de transição é bem conhecida dos geógrafos, quando definem regiões homogêneas.

### **“Tempo passado, espaço do presente”**

O título deste tópico parafraseia Lowenthal (1975), que sugere a permanência de processos e formas do passado no presente. Em outros termos, cada período resulta da combinação de processos e formas dotados de distintas temporalidades. A coexistência de temporalidades distintas resulta da força de permanência de processos e formas, seja em razão de sua eficiência, poder e valor simbólico, ou de sua refuncionalização, tornando-os atualizados.

### **Duração dos períodos**

Em uma dada periodização, os períodos não têm, quase sempre, a mesma duração. Alguns são longos, enquanto outros curtos ou muito curtos. A duração diferenciada dos períodos deriva de que a combinação específica de processos e formas que os caracteriza contém as distintas temporalidades de cada processo e forma. Nesse sentido, as periodizações que apresentam períodos de



igual duração, a exemplo de século XVI, século XVII, século XVIII e assim por diante, são problemáticas, simplificando de modo equivocado uma realidade mais complexa e aberta a várias interpretações. O que significa um período longo? Estabilidade social ou movimento muito lento da transformação social? Os períodos curtos, por outro lado, constituem períodos de efervescência ou tensões? Qual o significado desses períodos?

### **Múltiplas periodizações**

Uma cidade, região ou país podem ser objeto de múltiplas periodizações, cada uma combinando manifestações selecionadas das três instâncias da sociedade, ou privilegiando aspectos de uma dada instância. Assim, é possível estabelecer uma periodização da política ou da economia local ou, ainda, da rede urbana regional. Cada periodização caracteriza-se por períodos que necessariamente não coincidem, refletindo as temporalidades próprias de cada tema considerado. Uma periodização do movimento popular não é, em regra, a mesma daquela vinculada ao desenvolvimento da indústria ou da política oficial. Há várias periodizações, e nesse sentido, a metáfora do caleidoscópio é oportuna: há vários arranjos dos elementos que compõem a sociedade.

### **Periodização e escala**

A periodização é alterada com a mudança da escala espacial. Em outros termos, os períodos da história local não são necessariamente os mesmos daqueles da história regional ou nacional. Na escala local podem se verificar processos específicos, locais, que se combinam com processos originados externamente, mas que se manifestam de modo específico. Heranças, resistência e possibilidades locais, naturais ou socialmente produzidas, respondem pela singularidade de processos que possibilitam a periodização específica na escala local. Se a globalização não uniformizou o espaço, dissolvendo as regiões, também não uniformizou o tempo, dissolvendo os períodos específicos na escala local. O capitalismo, em sua fase global, necessita de diferenças espaciais e temporais. Não levar em consideração os períodos na escala local é incorrer em uma falácia escalar-temporal que apenas reconhece períodos macroespaciais, recusando-se a distinguir a singularidade do tempo local, dissolvendo a diversidade em uma unidade global, indiferenciada no tempo e no espaço.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A vida humana está imersa no tempo e no espaço. A difusão espacial e a periodização do espaço constituem apenas dois dos diversos temas em que as relações entre ambos podem ser consideradas. Há outros que merecem a atenção dos geógrafos. A Geografia Histórica de uma cidade, por exemplo, é um deles, que evidenciará a complexidade das relações entre espaço e tempo na dinâmica da sociedade brasileira. Nesse sentido, a contribuição de Mauricio de Almeida Abreu é notável, e este tributo é pequeno diante de sua contribuição à Geografia Histórica.

## REFERÊNCIAS

- ABREU, Mauricio de Almeida. *Evolução Urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IPLANRIO/Jorge Zahar Editor, 1987.
- \_\_\_\_\_. (Org.) *Natureza e Sociedade no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, 1992. Coleção Biblioteca Carioca, volume 21.
- \_\_\_\_\_. (Org.) *Rio de Janeiro – Formas, Movimentos, Representações*: Estudos de Geografia Histórica Carioca. Rio de Janeiro: FAPERJ/CNPq, 2005.
- \_\_\_\_\_. *Geografia Histórica do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio; Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 2010. 2 v.
- ALTHUSSER, Louis. Os Defeitos da Economia Clássica: Esboço do Conceito de Tempo Histórico. In: ALTHUSSER, Louis.; BALIBAR, E.; ESTABLET, R. (Org.). *Ler 'O Capital'*. Rio de Janeiro, Zahar, 1980.
- CORRÊA, Roberto Lobato. A Periodização da Rede Urbana da Amazônia, *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro. v. 49, n. 3, p. 39-68, 1987. Reproduzido em: CORRÊA, Roberto Lobato. *Estudos sobre a Rede Urbana*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. P. 181-253.
- COSGROVE, Denis. A Geografia Está em Toda Parte: Cultura e Simbolismo nas Paisagens Humanas. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Org.). *Paisagem, Tempo e Cultura*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1998. P. 92-123.
- GADE, Daniel W. Espaço, Tempo e Cultura em Convergência: Perspectivas Americanas sobre Difusão Histórico-Cultural. *Espaço e Cultura*, Rio de Janeiro, n. 17-18, p. 129-147, 2004.
- GOULD, Peter. Spatial Diffusion. Resource Paper 4, *Association of American Geographers*, Washington DC. 1969.
- HARVEY, David. Between Space and Time: Reflections on the Geographical Imagination. *Annals of the Association of American Geographers*, Washington DC, v. 3, n. 80, p. 418-434, 1990.
- HORNBECK, D.; EARLE, C.; RODRIGUE, C.M. The Way We Were: Deployments (and Redeployment) of the Time in Human Geography. In: EARLE, C.; MATHEWSON, K.; KENZER, M. (Org.). *Concepts in Human Geography*. Lanham: Rowman and Littlefield, 1995. P. 36-61.
- LOWENTHAL, David. Past Time, Present Place: Landscape and Memory. *The Geographical Review*, New York. v. 65, n. 1, p. 1-36, 1975.

ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato. Difusão e Territórios Diocesanos no Brasil: 1551-1930. *Scripta Nova*, Barcelona. volume X, n. 218, 2006 (edição eletrônica). Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-218-65.htm>>. Acesso em: 23 jul. 2012.

SAUER, Carl O. Foreword to Historical Geography. *Annals of the Association of American Geographers*, Washington DC, v. 31, n. 1, p. 1-24, 1941.

SANTOS, Milton. Organização do Espaço e Organização Social: O Caso de Rondônia. *Boletim Carioca de Geografia*, Rio de Janeiro, n. 32, p. 51-77, 1982.

SILVA, Carlos Alberto Franco. Os Avatares da Teoria da Difusão Espacial. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 57, n. 1, p. 25-55, 1995.

WISHART, David. Period and Region. *Progress in Human Geography*, London, v. 28, n. 3, p. 305-319, 2004.